



III Congresso Internacional do OBSERVARE  
17-18-19 de Maio 2017 | Fundação Gulbenkian

**BEYOND BORDERS**  
People, spaces, ideas

**PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS**  
Pessoas, espaços, ideias

## **A SEGURANÇA HUMANA NA/DA UNIÃO EUROPEIA: A MOBILIZAÇÃO DE UM CORPO EUROPEU DE SOLIDARIEDADE**

ANA ISABEL XAVIER<sup>1</sup>

Boa Tarde! Antes do mais, gostaria de agradecer a possibilidade de a minha apresentação ser partilhada perante a audiência, não obstante me encontrar ausente por questões de saúde. Gostaria também de felicitar a organização por mais uma edição do congresso internacional Observare, saudar a moderadora e colegas deste painel e todos os presentes.

Não pretendo ocupar a totalidade do tempo concedido a cada apresentação, gostaria apenas de sumariamente vos apresentar o meu tema e sobretudo explicar em que medida a mobilização de um Corpo Europeu de Solidariedade potencia o papel do indivíduo como ator da vida internacional enquadrado teoricamente no debate da Segurança Humana.

Começo por recordar que a literatura académica das últimas três décadas tem revelado como o indivíduo tem sido progressivamente reconhecido como um ator importante da vida internacional enquadrado por uma abordagem ou perspetiva que tendencialmente se aceita como sendo de Segurança Humana.

Ora, embora não exista consenso académico nem sobre a definição nem sobre a aplicação da Segurança Humana à doutrina de segurança das Organizações Internacionais, é possível reconhecer alguns elementos comuns fundamentais: uma abordagem holística, o multilateralismo, a primazia do Estado de direito e o respeito pelos Direitos Humanos fundamentais, o potenciar de instrumentos civis e militares e o alcançar de uma Paz duradoura edesenvolvimento sustentável.

No âmbito da União Europeia, este debate foi (re)lançado com a Estratégia Europeia de Segurança (2003), seguida pelos Relatórios de Barcelona (2004) e Madrid (2007) e o Relatório de execução da Estratégia (2008) e alimentado nos últimos anos pelo nexó entre segurança interna e externa em inúmeros documentos oficiais. Mais recentemente (2016), na Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia a promoção da Segurança Humana é enquadrada numa abordagem integrada que pressupõe igualmente aprevenção de conflitos e a luta contra as raízes estruturais da instabilidade einsegurança.

Neste sentido, um dos contributos práticos mais relevantes é o do Corpo Europeu de Solidariedade, que visa criar oportunidades para que os jovens se voluntariem ou trabalhem em projetos que beneficiem as comunidades que enfrentam desafios vários relacionados com a segurança alimentar,

---

<sup>1</sup> FCSH e IPRI - Universidade Nova de Lisboa.



o ambiente, as catástrofes naturais ou as migrações. Por conseguinte, esta apresentação tem como objetivo explorar e discutir o modo como a mobilização deste corpo de voluntários pode contribuir para a segurança humana da UE, no que diz respeito à capacitação dos indivíduos, quer consideremos os voluntários quer as comunidades locais beneficiadas.

Mas em que consiste o Corpo Europeu de solidariedade e como e quando foi formalmente lançado? É o Tratado de Lisboa, no seu artigo 214.º, que reconhece pela primeira vez a ajuda humanitária como política distintiva da UE no domínio das relações externas. Para além disso, o n.º 5 do mesmo artigo prevê um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária, cuja missão será “enquadrar os contributos comuns dos jovens europeus para as ações de ajuda humanitária da União”.

No entanto, foi apenas a 7 de Dezembro de 2016 que a Comissão Europeia lançou formalmente o Corpo Europeu de Solidariedade, dois meses depois do Presidente Jean Claude Juncker ter anunciado esta iniciativa como a primeira das ações prioritárias no âmbito do Roteiro de Bratislava. De facto, saído da cimeira dos 27 chefes de Estado e de Governo da UE de 16 de setembro, este roteiro destina-se, em bom rigor, a criar condições para o combate ao desemprego jovem e a reforçar as oportunidades e programas de formação, educação e empreendedorismo. Um Corpo Europeu de solidariedade surge neste contexto no sentido de «criar oportunidades para os jovens dispostos a dar um contributo significativo à sociedade e ajudará a promover a solidariedade, de que o mundo e a União Europeia necessitam profundamente. Para mim, a solidariedade constitui a própria essência da União Europeia. Não são os Tratados nem os interesses económicos ou industriais que nos unem, mas os nossos valores. E as pessoas.» (Jean Claude Juncker)

Na prática, as organizações não governamentais ou outras entidades da sociedade civil que se comprometam com a missão e os princípios definidos e subscrevam a carta do Corpo Europeu de Solidariedade poderão recrutar jovens entre os 18 e os 30 anos para empregos e estágios (vertente ocupacional) ou programas de voluntariado de dois a 12 meses em domínios tão vastos como a educação, a saúde, a integração social, a assistência na distribuição de alimentos, a construção de abrigos, o acolhimento, o apoio e a integração de migrantes e refugiados, a proteção do ambiente ou até mesmo a prevenção das catástrofes naturais.

Fica para já excluída a resposta imediata a catástrofes, como o combate aos incêndios florestais ou ações de busca e salvamento em meio urbano (que exigem qualificações mais técnicas), embora possam apoiar as comunidades rurais na limpeza de florestas e matas com o intuito de minimizar o risco de incêndios florestais. Os jovens podem ser colocados em qualquer Estado-Membros da UE e, consoante o financiamento de um projeto específico pela UE, poderão igualmente ser abrangidos outros países (como a Islândia, o Liechtenstein, a Noruega, a Turquia e a antiga República jugoslava da Macedónia). Até 2020, a Comissão Europeia espera conseguir a adesão de 100 000 jovens a esta iniciativa.

Mas ao mesmo tempo que estes jovens beneficiam de um instrumento de garantia da Comissão para a juventude, na verdade potenciam o voluntariado como experiência real de respeito pelas culturas e tradições na dignidade humana, a promoção de uma sociedade justa e equitativa, o pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade entre os povos e a igualdade, valores claramente enraizados na construção europeia.

De facto, no seu Discurso sobre o Estado da União de 2016, o Presidente Jean-Paul Juncker, anunciando a criação do Corpo, declarou: «A solidariedade manifesta-se mais facilmente quando nos encontramos em situações de emergência. Quando neste verão deflagraram incêndios em Portugal, houve aviões enviados pela Itália a ajudar no combate às chamas. Quando as inundações privaram a Roménia de energia, foram os geradores fornecidos pela Suécia que ajudaram a restabelecer a eletricidade. Quando milhares de refugiados chegaram às ilhas gregas, encontraram abrigo em tendas fornecidas pela Eslováquia. Dentro desse espírito, a Comissão decidiu propor hoje a criação de um Corpo Europeu de Solidariedade.»

Dito isto, julgo que seria já claro como esta iniciativa projeta o indivíduo como ator da vida internacional que dispõe assim, a nível europeu, de uma nova ferramenta para contribuir de forma ativa para a sociedade, ao mesmo tempo que adquire experiência e constrói competências inigualáveis para garantir melhores oportunidades futuras em termos de aprendizagens e condições de empregabilidade.



Mas o que me parece relevante trazer a este debate é pensar como é que esta iniciativa, que pretende apoiar as autoridades nacionais e locais, as organizações não governamentais e as empresas nos seus esforços para enfrentar diversos desafios e crises, projeta a União Europeia enquanto verdadeiro ator de Segurança Humana no âmbito da gestão de crises internacionais.

De facto, para além de uma política de cooperação e de ação humanitária cristalizada com países terceiros, e confrontada com desafios, ameaças e riscos de natureza transnacional e de carácter global, como pode o Corpo Europeu de solidariedade contribuir para a gestão de crises? Pode a UE desempenhar um papel ativo na construção de uma nova ordem internacional mais justa e solidária que divise na Segurança Humana uma nova forma de pensar a segurança global? Poderá o conceito de Segurança Humana, centrado nos indivíduos, ser a chave para que a UE afirme definitivamente uma cultura estratégica enquanto ator de gestão de crises na cena internacional cuja voz é ouvida de facto para a resolução das crises internacionais atuais? Ou, ao invés, a Segurança Humana não pode ir além de um simples referencial em matéria de cultura estratégica, sem aplicabilidade prática, mesmo que enquadrada numa abordagem integrada como a estratégia global da UE preconiza? Retomando a questão de partida, como é que a mobilização deste corpo de voluntários pode contribuir para a segurança humana da UE, no que diz respeito à capacitação dos indivíduos, quer consideremos os voluntários quer as comunidades locais beneficiadas?

Como neste momento o Corpo Europeu de solidariedade ainda não está desenvolvido no terreno para ser possível identificar lições aprendidas e traçar eventuais recomendações para a sua melhor operacionalização, o exercício académico que pode ser feito é no sentido de retomar a proposta do Livro Branco sobre o futuro da Europa, que inclui cinco cenários que deverão ser debatidos com e pelos Estados-membros. Dos cinco cenários preconizados até 2020 (continuação do rumo seguido até aqui em termos de crescimento, emprego e investimento; reforço do mercado único e a livre circulação de capitais e mercadorias; uma Europa 'à la carte' de aprofundamentos de políticas específicas, como a de defesa; fazer menos mas com maior eficácia, legislando menos e centrando-se em prioridades claramente definidas; e fazer mais em conjunto, num caminho para a federalização) importa refletir sobre o modo como um corpo europeu de solidariedade, que se centra no indivíduo e para o indivíduo, poderá potenciar o papel dos Estados-membros, quer no aprofundamento das políticas intergovernamentais já existentes, quer permitindo que Estados-membros com mais capacidades avancem no caminho de dotar a UE como ator de gestão de crises.

São estas as questões que pretendo desenvolver de forma mais detalhada numa reflexão escrita mais alargada, deixando para já para debate a validade académica do contributo do Corpo Europeu de Solidariedade para pensar as pessoas, os espaços e as ideias para além das fronteiras.

Votos de um excelente debate e congresso para todas e todos. Muito obrigada,

Ana Isabel Xavier  
Lisboa, 17 de Maio de 2017